

Nomos Holding Joint Venture Ltda.

CNPJ/MF nº 50.070.881/0001-95 – NIRE 35.261.000.887

1º Alteração de Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas: **Nomos Holding Partnership Ltda.**, com sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1510, conjunto 102, Edifício Atrium VI, Sala CAC, Vila Olímpia, CEP: 04547-005, CNPJ nº 49.982.001/0001-78 e NIRE nº 35.260.951.560 ("Sócia"), neste ato representada por seus diretores os Srs. **Felipe Coelho Lemos dos Santos**, brasileiro, casado, agente autônomo de investimentos, portador da carteira de identidade (RG) nº 10452945-8, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 076.941.687-06, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Prudente de Moraes, nº 551, apto. 402, Ipanema, CEP 22420-041 e **Rodrigo Barbosa Imperatriz**, brasileiro, solteiro, agente autônomo de investimentos, portador da carteira de identidade (RG) nº 29.495.102-7, expedida pelo SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 312.543.808-09, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Barão do Triunfo, nº 1220, Apto. 73, Brooklin Paulista, CEP 04602-005 ("Nomos Partnership"). Única Sócia da **Nomos Holding Joint Venture Ltda.**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1510, conjunto 102, Edifício Atrium VI, Sala Nasdaq, Vila Olímpia, CEP: 04547-005, inscrita no CNPJ sob o nº 50.070.881/0001-95, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.261.000.887 ("Sociedade"). E, ainda, na qualidade de sócio ingressante, **José Eduardo Carneiro Novaes Filho**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade (RG) nº 30.009.982-4, expedida pelo SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 272.349.068-86, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Doutor Paschoal Imperatriz, nº 114, apto. 181 C, Vila Gertrudes, CEP 04705-070 ("José"). **Resolvem**, na melhor forma de direito, alterar o contrato social da Sociedade, nos termos e condições a seguir: **1. Da Cessão e Transferência de Quotas e Ingresso de Novo Sócio.** 1.1. A Única Sócia Nomos Partnership, acima qualificada, neste ato, cede e transfere, como de fato cedido e transferido tem, 1 (uma) quota de sua titularidade no capital social da Sociedade, já totalmente subscrita e integralizada, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalizando R\$ 1,00 (um real), ao José, acima qualificado, que, neste ato, é admitido e passa a integrar o quadro de sócios da Sociedade. 1.2. A sócia Nomos Partnership e o sócio ingressante José dão-se mutuamente a mais ampla, geral e irrevogável quitação com relação à cessão e transferência mencionada e aprovada acima para mais nada reclamarem um do outro a qualquer título e tempo. **2. Da Transformação do Tipo Jurídico da Sociedade.** 2.1. Na sequência, decidem os sócios alterar o tipo jurídico da Sociedade, que atualmente é uma sociedade empresária de responsabilidade limitada denominada **Nomos Holding Joint Venture Ltda.**, para uma sociedade por ações de capital fechado, que passará a girar sob a denominação social de "**Nomos Holding Joint Venture S.A.**" ("Companhia"), a ser regida pela Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme aditada, e por seu Estatuto Social. 2.2. Em decorrência da transformação do tipo jurídico mencionada acima, o capital social da Companhia passa a ser representado, nos termos dos Boletins de Subscrição dos Anexos I e II, por 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que representam a totalidade do capital social da Companhia, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). 2.3. As ações representativas do capital social da Companhia são de titularidade dos Acionistas Nomos Partnership e José, nos termos dos boletins de subscrição constantes dos Anexos I e II deste instrumento. **3. Da Manutenção da Diretoria.** 3.1. Ato seguinte, os Acionistas decidem manter e ratificar a composição da Diretoria da Companhia, estendendo seu prazo de mandato, da seguinte forma: (i) Para compor o GRUPO A de Diretores, ficam eleitos os seguintes membros: **(a) Ilan Spyrides Besen**, brasileiro, solteiro, agente autônomo de investimentos, portador da carteira de identidade (RG) nº 218.100.26-1, expedida pelo Detran/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 123.264.577-06, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua República do Peru, nº 53, apto. 401, Copacabana, CEP 22021-040; **(b) Daniel Barros Braga**, brasileiro, casado, agente autônomo de investimentos, portador da carteira de identidade (RG) nº 020.528.302-1, expedida pelo DIC/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 100.785.787-01, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Souza Franco, nº 161, apto. 204, Vila Isabel, CEP 20551-120; e **(c) Felipe Coelho Lemos dos Santos**, brasileiro, casado, agente autônomo de investimentos, portador da carteira de identidade (RG) nº 10452945-8, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 076.941.687-06, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Prudente de Moraes, nº 551, apto. 402, Ipanema, CEP 22420-041. (ii) Para compor o GRUPO B de Diretores, ficam eleitos os seguintes membros: **(a) Rodrigo Barbosa Imperatriz**, brasileiro, solteiro, agente autônomo de investimentos, portador da carteira de identidade (RG) nº 29.495.102-7, expedida pelo SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 312.543.808-09, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Barão do Triunfo, nº 1220, Apto. 73, Brooklin Paulista, CEP 04602-005; **(b) Paulo Ross Hegg**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade de nº 23864864 expedida pelo SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 353.163.398-86, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Comendador Miguel Calfat, nº 393, apto.191, Vila Nova Conceição, CEP 04537-981; e **(c) José Eduardo Carneiro Novaes Filho**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade (RG) nº 30.009.982-4, expedida pelo SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 272.349.068-86, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Doutor Paschoal Imperatriz, nº 114, apto. 181 C, Vila Gertrudes, CEP 04705-070. 3.2. Todos os Diretores são ora eleitos para um mandato de 3 (três) anos, vigente até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no ano de 2027. O mandato dos Diretores começa a vigor a partir da presente data. Os Diretores tomam posse na presente data, mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, que estão devidamente arquivados na sede da Companhia. A Companhia, neste ato, ratifica todos os atos praticados pelos Diretores até a presente data, independentemente da data de registro dos termos de posse. 3.3. Os Diretores não estão incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis ou administrar sociedades, bem como que não estão condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou propriedade. **4. Da Alteração da Sede da Companhia.** 4.1. Ainda, os Acionistas decidem alterar o endereço da sede da Companhia, que **passará a ser no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205, Conjunto 51 e 15VGS, Sala Itaim Bibi, Vila Olímpia, Cep: 04551-000.** **5. Da Redução do Capital Social da Companhia.** 5.1. Ato seguinte, os Acionistas deliberaram e aprovaram a redução do capital social da Companhia, pois o julgam excessivo com relação à Companhia, nos termos do Art. 173 da Lei das Sociedades por Ações, de modo que haverá restituição aos Acionistas do valor das ações, em até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), passando dos atuais R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para até R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). 5.2. Nos termos do Art. 174 da Lei das Sociedades por Ações, e para fins de seu cumprimento, o presente ato será publicado no Jornal Data Mercantil, de modo que a referida redução apenas será considerada efetivada após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias da publicação. 5.3. Em razão das deliberações tomadas acima, uma vez efetivada a redução do capital social da Companhia, o Artigo 5º do estatuto social da Companhia será alterado para constar o novo valor do capital social. **6. Da Aprovação do Estatuto Social.** 6.1. Em razão da transformação do tipo jurídico acima referida, decidem os Acionistas aprovar e consolidar o estatuto social da Companhia, já refletindo as deliberações aprovadas nesta data, sem quaisquer ressalvas ou alterações, nos termos do Anexo III, que passa a fazer parte integrante deste instrumento. São Paulo, 16 de agosto de 2024. Acionistas: **Nomos Holding Partnership Ltda.**; **José Eduardo Carneiro Novaes Filho**. Visto do Advogado: Arthur Andrade Sambuc Laurar OAB/SP: 510.552. **Anexo III – Estatuto Social da Nomos Holding Joint Venture S.A. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração.** **Artigo 1º.** A Companhia tem a denominação de **Nomos Holding Joint Venture S.A.** ("Companhia"), sendo uma sociedade anônima de capital fechado que se regerá por este Estatuto Social ("Estatuto Social"), pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205, Conjunto 51 e 15VGS, Sala Itaim Bibi, Vila Olímpia, Cep: 04551-000. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá abrir, instalar, transferir, fechar ou extinguir filiais, representações, depósitos e escritórios em qualquer parte do país ou do exterior, mediante deliberação dos Acionistas em Assembleia Geral. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a participação, como quotista ou acionista, no capital social de outras sociedades, no país ou exterior, que atuem no mercado financeiro, incluindo as seguintes atividades, privativas ou não de instituições financeiras: (a) gestão de fundos de investimento; (b) consultoria e gestão de carteira de investimentos em valores mobiliários e outros; (c) custódia, distribuição, estruturação e intermediação de compra e venda de valores mobiliários; (d) assessoria

financeira, inclusive em operações de fusão e aquisição e atuação em operações no mercado de valores mobiliários; (e) atuação de maneira ampla nos segmentos de wealth management, private banking, asset management, atividades bancárias, atividades de educação financeira, corretagem de seguros e de correspondente bancário e cambial; (f) agente autônomo de investimentos; (g) serviços de educação financeira; (h) serviços de produção e divulgação (incluindo marketing) de conteúdo voltado ao mercado financeiro e de capitais; e (i) distribuição de produtos bancários e de seguros. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social.** **Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Todas as ações, ordinárias ou preferenciais, são indivisíveis perante a Companhia, que reconhece apenas 1 (um) proprietário para cada uma delas. **Parágrafo 2º.** A aquisição, por qualquer título, de ações da Companhia, importará na transferência de todos os direitos e obrigações a elas inerentes e na adesão a este Estatuto. **Parágrafo 3º.** A transferência das Ações operar-se-á por termos lançados em livro próprio da Companhia. **Capítulo III – Da Assembleia Geral.** **Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, a cada ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais exigirem. **Parágrafo 1º.** A convocação e instalação da Assembleia Geral deverá ser feita na forma da lei, com convocação por escrito a todos os Acionistas, por carta, e-mail ou qualquer outro meio, com pelo menos 8 (oito) dias corridos de antecedência da data designada em primeira convocação, e 5 (cinco) dias corridos de antecedência em segunda convocação. Será considerada regularmente convocada a Assembleia à qual comparecerem todos os Acionistas da Companhia. **Parágrafo 2º.** As Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma presencial, semipresencial ou virtual. Para realização de Assembleias semipresenciais ou virtuais será permitida a utilização de qualquer meio digital, incluindo, mas não se limitando a, conferência telefônica e vídeo-conferência. Na convocação das Assembleias Gerais deverá constar sua forma de realização e, conforme o caso, o meio eletrônico por meio do qual a Assembleia será realizada, detalhando como os Acionistas poderão participar e votar a distância. Os Acionistas também poderão ser representados por procuradores devidamente constituídos com poderes expressos para votar na Assembleia Geral de Acionistas, contanto que o respectivo instrumento de mandato descreva expressamente o conteúdo do voto do Acionista representado. **Parágrafo 3º.** A Assembleia Geral será presidida por Acionista ou Diretor eleito no ato, que convidará, dentre os presentes, o secretário dos trabalhos. **Artigo 7º.** As matérias submetidas para aprovação nas Assembleias Gerais serão aprovadas pelo voto favorável dos Acionistas que representem a maioria do capital social votante da Companhia, salvo quórum específico previsto neste Estatuto Social ou na legislação em vigor. **Capítulo IV – Da Administração da Companhia.** **Artigo 8º.** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria ("Diretoria") composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 06 (seis) membros ("Diretores"). Os Diretores deverão empregar, no exercício de suas atividades, o devido cuidado, zelo e diligência, comprometendo-se a observar e cumprir todos os termos e condições estabelecidos na legislação aplicável, neste Estatuto Social, bem como em todas e quaisquer deliberações dos Acionistas tomadas em Assembleias Gerais. **Parágrafo 1º.** Os Diretores serão divididos em dois grupos, Grupo A e Grupo B, devendo os Acionistas indicar, no momento da eleição, o Grupo a que o respectivo Diretor pertencerá. **Parágrafo 2º.** Os Diretores devem ser eleitos para mandatos de até 03 (três) anos, permitida a reeleição. Mesmo após o término do prazo do mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos membros. **Parágrafo 3º.** Os Diretores poderão ter direito a uma retirada mensal, a título de *pró-labore*, definida em Assembleia Geral. **Parágrafo 4º.** A investidura dos Diretores far-se-á por termo de posse lavrado em livro próprio, dispensada qualquer garantia de caução. **Parágrafo 5º.** Em caso de renúncia ou impedimento permanente de um dos Diretores durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, deverá ser convocada uma Assembleia Geral, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de notificação escrita de qualquer Acionista ou Diretor, para eleger o respectivo substituto, que completará o prazo de gestão em curso. **Artigo 9º.** Respeitado o disposto no Artigo 10º abaixo, os Diretores terão poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar e representar a Companhia, desde que respeitados os limites impostos pela Lei e pelo Estatuto Social. **Parágrafo Único.** Sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, a Companhia poderá contar com comitês de assessoramento aos seus órgãos de administração, criados com função consultiva (e não decisória ou executiva), cabendo aos referidos comitês apresentar à Diretoria o resultado de seus trabalhos, sugestões e recomendações em relação aos temas avaliados. **Artigo 10º.** As seguintes matérias dependem de prévia e expressa autorização de Acionistas que representem a maioria absoluta do capital social da Companhia (sem prejuízo das demais deliberações previstas em lei): (i) a aquisição, a alienação ou a oneração de qualquer participação societária; (ii) a definição do voto em deliberações relativas às participações societárias da Companhia; (iii) a concessão ou a tomada de empréstimos em dinheiro com valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), exceção feita a adiantamentos a fornecedores; (iv) a aquisição, a alienação, o comodato ou a oneração de bens imóveis, ativos permanentes e propriedade intelectual; e (v) a celebração de contratos ou acordos de qualquer natureza, cujo valor total seja igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) **Artigo 11º.** Observadas as demais disposições deste Estatuto, a Companhia considerará-se-á representada e obrigada: (i) Pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, sendo necessariamente um Diretor do Grupo A e um Diretor do Grupo B; ou (ii) por qualquer Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, desde que o procurador tenha sido nomeado nos termos do Parágrafo 1º abaixo, observados os limites estabelecidos neste Estatuto Social e na respectiva procuração. **Parágrafo 1º.** Os Diretores, e no limite de seus poderes, poderão constituir mandatários da Companhia, mediante a assinatura de 2 (dois) Diretores em conjunto, na forma disposta no Artigo 11º, "I", devendo ser especificados no instrumento de mandato os atos e operações que o mandatário poderá realizar e o período de validade do mandato, que não poderá exceder o prazo de 1 (um) ano, exceto quando para fins judiciais. **Parágrafo 2º.** Os mandatos outorgados a empregados ou colaboradores da Companhia cessarão e, consequentemente, estarão automaticamente revogados com: (i) o término do respectivo contrato de trabalho do outorgado; ou (ii) caso o outorgado deixe de ocupar a função ou cargo que recebeu poderes para representação da Companhia. **Artigo 12º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos praticados pelos Acionistas, administradores e procuradores da Companhia fora dos limites previstos neste Estatuto Social e/ou instrumentos de procuração, ou ainda, aqueles atos que envolvam a Companhia em operações ou negócios estranhos ao objeto social, inclusive fianças, avais ou a prestação de quaisquer outras garantias, reais ou fidejussórias, em favor de terceiros, salvo mediante deliberação de Acionistas que representem a maioria absoluta do capital social. **Artigo 13º.** Os membros da Diretoria reunir-se-ão periodicamente, por solicitação de qualquer dos Diretores, para discutir e fixar a orientação geral dos negócios da Companhia ("Reuniões da Diretoria"). As Reuniões da Diretoria instalar-se-ão somente com a presença de todos os Diretores. As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos de seus membros e serão lavradas em atas próprias. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal.** **Artigo 14º.** O Conselho Fiscal não será permanente e será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral, e funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado a pedido do(s) Acionista(s), na forma do artigo 161, § 2º da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal terão a qualificação, prazo do mandato, competências, responsabilidades e deveres definidos em lei, e suas deliberações deverão ser lavradas em ata da reunião. A Assembleia Geral que os eleger deverá fixar a respectiva remuneração, observado o mínimo legal. **Capítulo VI – Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Dividendos.** **Artigo 15º.** O exercício social compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente. **Parágrafo 1º.** Por deliberação dos Acionistas, os dividendos poderão ser pagos antecipadamente, no curso do exercício. **Parágrafo 2º.** A Companhia poderá, por deliberação dos Acionistas, levantar balanços intermediários, intercalares e/ou extraordinários, mensal, trimestral ou semestralmente, com base nos quais poderão ser declarados e pagos e dividendos. **Artigo 16º.** O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral. **Capítulo VII – Da Liquidação da Companhia.** **Artigo 17º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou por deliberação da Assembleia Geral, respeitado o quórum estabelecido neste Estatuto. **Parágrafo Único.** Compete à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o Conselho Fiscal, se for o caso, e nomear o liquidante que atuará no período da liquidação, fixando-lhes remuneração. **Capítulo VIII – Das Disposições Gerais.** **Artigo 18º.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações, pelas demais normas da legislação pertinente e pelas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 19º.** Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Estatuto. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 326.703/24-0 e NIRE 35.300.645.804 em 02/09/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Chemin Incorporadora S.A.

CNPJ nº 61.849.386/0001-03 - NIRE 35.300.033.132

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Chemin Incorporadora S.A.** ("Companhia"), para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 12/09/2024, em 1ª convocação às 8hs, na forma da Lei nº 6.404/76 e de seu estatuto social, de forma exclusivamente digital através da plataforma Microsoft Teams, disponível no link [Companhia Hipotecária Piratini – CHP, com sede em Porto Alegre/RS, na Av. Plínio Brasil Milano, nº 567, sala 1001, Auxiliadora, Cristóvão Colombo, nº 2955, cj. 501, Floresta, CEP 90.520-002, CNPJ nº 18.282.093/0001-50 \("Credor"\), sendo certo que a finalidade da CCB é a finalização das obras de construção de dois empreendimentos imobiliários residenciais \(i\) na Rua Orestes Pieroni Gobbo, 152, Vila Harmonia, Araraquara/SP, composto de 66 unidades, sendo 02 coberturas \("Empreendimento Design Harmonia"\), "Imóvel Design Harmonia" e "Unidades Design Harmonia"; e \(ii\) na Rua Marechal Deodoro, 2161 Quadra 95, Lotes A, B, C, D, E, F, G e H, Bairro São José, Franca/SP, composto de 78 unidades, sendo 02 coberturas \("Empreendimento Milano"\), "Imóvel Milano" e "Unidades Milano", quando mencionados em conjunto, "Empreendimentos Alvo", "Imóveis" e "Unidades Autônomas"\); \(b\) a autorização expressa para que a Companhia possa celebrar o "Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças" \("Contrato de Cessão"\), entre a Companhia, na qualidade de devedora, o Credor, na qualidade de cedente, a **BSI Capital Securitizadora S.A.**, com sede em São Bernardo do Campo/SP, R. José Versolato, 111, sala 2126, Centro, CEP 09750-730, CNPJ nº 11.257.352/0001-43, na qualidade de cessionária, e na qualidade de fiadores, a **Chemin Participações S.A.**, com sede em Ribeirão Preto/SP, Av. Braz Olaiá Acosta, 727, cj. 1003, sala 04, Jardim Califórnia, CEP 14.026-040, CNPJ nº 18.536.695/0001-96 \("Chemin Participações"\), a **Araraquara II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.**, com sede em Ribeirão Preto/SP, Av. Braz Olaiá Acosta, 727, 10º andar, cj. 1004, sala 2, Jd. Califórnia, CEP 14.026-040, CNPJ nº 21.206.205/0001-06 \("Araraquara II"\), a **Franca II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.**, com sede na cidade em Ribeirão Preto/SP, Av. Braz Olaiá Acosta, 727, 10º andar, cj. 1004, sala 1, Jd. Califórnia, CEP 14.026-040, CNPJ nº 21.262.093/0001-00 \("Franca II"\), o **Ricardo Calderini Neto**, brasileiro, com endereço profissional em Ribeirão Preto/SP, Av. Braz Olaiá Acosta, 727, 10º andar, cj. 1004, sala 2, Jd. Califórnia, CEP 14.026-040, CPF nº 677.852.128-72 \("Ricardo"\), o **Luiz Alberto Chemin**, brasileiro, com endereço residencial em São Paulo/SP, Rua Fidalga, 761, apto. 81, Pinheiros, CEP 05432-070, CPF nº 535.802.908-78 \("Luiz Alberto"\) e o **Patrick Chemin**, brasileiro, com endereço profissional em Ribeirão Preto/SP, Av. Braz Olaiá Acosta, nº 727, 10º andar, cj. 1004, sala 2, Jd. Califórnia, CEP 14.026-040, CPF nº 285.862.948-02 \("Patrick"\); e \(c\) a autorização expressa para que a Diretoria possa tomar todas e quaisquer providências necessárias à efetivação das deliberações tomadas de acordo com os itens \(a\) e \(b\) acima, inclusive negociar e firmar quaisquer instrumentos, contratos, aditamentos e documentos relacionados à operação. Ribeirão Preto, 03/09/2024. Diretores: Ricardo Calderini Neto e Acionista: Patrick Chemin representante da Constapac Consultoria e Participações Ltda. \(04, 05, 06/09/2024\)](https://teams.microsoft.com/j/meetup-join/19%3ameeting_YicyODRkMDYtOTBhZCO0MDYwLWJkYzItNjNmNDMxNjhlODE2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22a937709c-8d16-4d00-a8c4-98df5e510dee%22%2c%22Oid%22%3a%2256bb19fd0733-47d5-9a3b-4dbfb6f9d971%22%7d, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) a aprovação dos termos e condições da Cédula de Crédito Bancário nº 10007341-7 ()

Chemin Participações S.A.

CNPJ nº 18.536.695/0001-96 - NIRE nº 35.300.454.723

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Chemin Participações S.A.** ("Companhia"), para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 12/09/2024, em 1ª convocação às 8hs, na forma da Lei nº 6.404/76 e de seu estatuto social, de forma exclusivamente digital através da plataforma Microsoft Teams, disponível no link [Chemin Incorporadora S.A., localizada em Ribeirão Preto/SP, Avenida Braz Olaiá Acosta, nº 727, conjunto 1003, sala 01, Jardim Califórnia, CEP 14.026-040, CNPJ nº 61.849.386/0001-03 \("Devedora"\), a **Companhia Hipotecária Piratini – CHP**, com sede em Porto Alegre/RS, na Avenida Plínio Brasil Milano, nº 567, sala 1001, Auxiliadora, CEP 90.520-002, CNPJ nº 18.282.093/0001-50 \("Cedente"\), a **BSI Capital Securitizadora S.A.**, com sede em São Bernardo do Campo/SP, na Rua José Versolato, nº 111, sala 2126, Centro, CEP 09750-730, CNPJ nº 11.257.352/0001-43 \("Cessionária"\) ou "Securitizadora"\), a Companhia e demais fiadores \("Contrato de Cessão"\), obrigando-se a Companhia solidariamente, como fiadora e principal pagadora, de todos os valores devidos pela Devedora nos termos do Contrato de Cessão e da Cédula de Crédito Bancário nº **10007341-7** \("CCB"\), a ser emitida pela Devedora no valor total de R\\$ 20.000.000,00, e \(b\) a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia para negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Fiança e a praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação da referida garantia. Ribeirão Preto, 03/09/2024. Diretores: Ricardo Calderini Neto e Acionista: Patrick Chemin representante da Constapac Consultoria e Participações Ltda. \(04, 05, 06/09/2024\)](https://teams.microsoft.com/j/meetup-join/19%3ameeting_YicyODRkMDYtOTBhZCO0MDYwLWJkYzItNjNmNDMxNjhlODE2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22a937709c-8d16-4d00-a8c4-98df5e510dee%22%2c%22Oid%22%3a%2256bb19fd0733-47d5-9a3b-4dbfb6f9d971%22%7d, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória representada por fiança ()

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/09/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Veremonte III Participações S.A.

Em constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição, realizada em 07 de dezembro de 2010

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de 2010, às 09:00 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, cj. 601, sala 05, parte, CEP 01452-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os subscritores da totalidade do capital social da **Veremonte III Participações S.A.**, conforme se constatou pelas assinaturas na Lista de Presença e no Boletim de Subscrição. Escolhido por unanimidade, assumiu a Presidência dos trabalhos o Sr **Marcelo Passaglia Paracchini**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 21.808.054-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 150.699.568-33, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 6º andar, conjunto 601, que convidou a mim, **Fábio Mituru Tsubouchi**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.827.433-5 SSP/SP e inscrito perante o CPF/MF sob o nº 288.032.528-51, para Secretário. Assim composta a mesa, o Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia e, iniciando os trabalhos, informou que seu objetivo era constituir a **Veremonte III Participações S.A.**, cujo projeto de Estatuto Social e Boletim de Subscrição, devidamente assinados por todos os subscritores, encontravam-se sobre a mesa. Declarou, ainda, o Sr. Presidente, que, de conformidade com o Boletim de Subscrição, o capital social subscrito é de R\$ 500,00 (quinhentos reais) em moeda corrente do país, dividido em 500 (quinhentas) ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. A seguir, foi colocado em discussão o Projeto do Estatuto Social, o qual foi aprovado por unanimidade, declarando o Sr. Presidente constituída a Sociedade, a reger-se segundo o Estatuto Social, que terá a seguinte redação: **Estatuto Social da Veremonte III Participações S.A. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A Veremonte III Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhes forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, cj. 601, sala 05, parte, CEP 01452-000, e foro na Comarca de São Paulo, Estado São Paulo, podendo abrir e encerrar filiais, sucursais, escritórios e outros estabelecimentos em todo território nacional, mediante deliberação da diretoria. **Artigo 3º.** O objeto social é a (i) administração de bens móveis e imóveis, por conta própria ou de terceiros, (ii) a participação em outras sociedades, empreendimentos ou outras entidades, sediadas no Brasil ou no exterior, na qualidade de sócia ou acionista. **Artigo 4º.** O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito, é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** A ação é indivisível perante a Companhia e a cada ação ordinária nominativa corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais. **Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade. **Parágrafo 1º.** As Assembleias Gerais, antes de serem iniciados os trabalhos, elegerão o Presidente da Mesa, que designará o Secretário da Mesa, acionista ou não. **Parágrafo 2º.** As deliberações serão tomadas por junhória absoluta de votos, ressalvados os atos enumerados nos incisos I a VIII do artigo 136 da Lei 6.404/76, que exigem aprovação por quorum qualificado de 2/3 (dois terços) do capital social votante. **Artigo 7º.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por mandatário, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou representante legal do acionista, administrador da Companhia ou advogado. **Capítulo IV – Administração. Artigo 8º.** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por, no mínimo, 2 (dois) membros, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **Artigo 9º.** Os Diretores terão prazo de mandato de 3 (três) anos podendo ser reeleitos e deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores. **Parágrafo Único.** A remuneração dos diretores será estabelecida e distribuída entre os mesmos de acordo com o que for determinado pela Assembleia Geral nos termos da legislação aplicável. **Artigo 10.** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 11.** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias; adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo 12.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no Artigo 8º, acima, depende da assinatura: (i) de 2 (dois) diretores, em conjunto, ou (ii) de 1 (um) diretor, em conjunto com um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura conjunta de 2 (dois) diretores, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad judícia", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo Único:** Dependerá da aprovação de acionistas representando a junhória do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Artigo 13.** A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará por solicitação dos acionistas, na forma da lei. **Parágrafo Único:** Caso seja solicitado o funcionamento do Conselho Fiscal, será o mesmo composto de, no mínimo, 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionista ou não da Companhia, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que vier a se realizar após sua instalação. **Artigo 14.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será fixados pela Assembleia Geral, em conformidade com as disposições legais. **Capítulo VI – Do Exercício Social. Artigo 15.** O exercício social terá duração de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 16.** Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes. **Parágrafo 1º.** O lucro líquido auferido em cada exercício, após deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Parágrafo 2º.** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. **Capítulo VII – Da Liquidação. Artigo 17.** A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII – Disposição Geral. Artigo 18.** Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. Em seguida, o Sr. Presidente procedeu à eleição dos membros da diretoria da Sociedade, com mandato de 3 (três) anos, sendo que os diretores ora eleitos permanecerão em seus cargos até a posse dos membros da diretoria que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que aprovará as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2012, passando a Sociedade a ter os seguintes Diretores, sem designação específica: (i) **Marcelo Passaglia Paracchini**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 21.808.054-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 150.699.568-33, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 6º andar, conjunto 601, (ii) Sr. **Antonio Carlos Lopes**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.202.657-9 SSP/SP e inscrito perante o CPF/MF sob o nº 898.205.508-82, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Jandira, nº 185, apto. 41-A, Moema; e (iii) Sra. **Cintia Coca Oliveira Marangon**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 28.543.616-8 SSP/SP e inscrita perante o CPF/MF sob nº 224.391.808-07, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Pedro de Godoi, nº 269, apto. 194-C, Pq. da Vila Prudente, CEP 03138-010. Os Diretores ora eleitos serão empossados em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, lavrados no livro de atas de reuniões da diretoria da Companhia, quando declararão, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia: (a) por lei especial; (b) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (c) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (d) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Os diretores declaram, sob as penas da Lei, que não há nada que os impeça de exercer a atividade mercantil. Com referência à remuneração dos administradores, foi fixada a quantia global de até R\$ 1.000,00 (mil reais), a ser distribuída entre os administradores. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos e suspendeu a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. (Ass.) Marcelo Passaglia Paracchini e Fábio Mituru Tsubouchi. Acionistas: Veremonte Participações S.A. e Marcelo Passaglia Paracchini. A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 07 de dezembro de 2010. **Marcelo Passaglia Paracchini** – Presidente; **Fábio Mituru Tsubouchi** – Secretário. **Visto do Advogado: Thyane Franco M. de Almeida** – Advogada OAB/SP 254.826. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.389.565 em 11/01/2011. Kátia Regina Bueno de Godoy – Secretária Geral.

CCBB 50 Participações S.A.

CNPJ nº 51.571.183/0001-36

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Em 27 de maio de 2022, às 10:00 horas, na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 24, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, os abaixo-assinados e adiante nomeados reuniram-se em assembleia, tendo assumido a presidência dos trabalhos o Sr. **Cristiano Carvalho de Oliveira** e, como secretário, o Sr. **Bruno Santana Barros**. Declarando instalada a assembleia, o Sr. Presidente enfatizou que a reunião tinha por finalidade a constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada **"CCBB 50 Participações S.A."**, com capital social de R\$ 1.000,00, tendo sido constatada a integralização em dinheiro no montante de R\$ 100,00, equivalentes a 10%, depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., nos termos dos artigos 80, III, e 81, da Lei 6.404/76, conforme Boletim de Subscrição. Na sequência, o Sr. Presidente entregou aos subscritores um exemplar da proposta do Estatuto Social, elaborado em conformidade com a Lei 6.404/76, a fim de ser discutido e votado, o qual foi aprovado por unanimidade, com a seguinte redação final: **"Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º:** A Companhia gira sob a denominação social de **"CCBB 50 Participações S.A."** e tem sede e foro à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 24, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, São Paulo/SP. § Único: Essa denominação social poderá ser mantida em caso de falecimento de qualquer dos acionistas fundadores. **Artigo 2º:** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, podendo exercer ou não funções de gestão e administração dos negócios. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações - Artigo 4º:** O Capital Social da Companhia, a ser integralizado em moeda nacional, é de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **§1º.** A responsabilidade dos acionistas fica limitada ao valor total das ações subscritas ou adquiridas. **§2º.** Nas deliberações da Companhia caberá a cada ação ordinária o direito a um voto. **§3º.** Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os acionistas fundadores, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **Artigo 5º:** As ações constitutivas do Capital Social serão emitidas com observância da legislação pertinente. **Artigo 6º:** A Companhia poderá emitir ações preferenciais, as quais não terão direito de voto, consistindo sua preferência no recebimento de dividendos de 8% dos lucros auferidos no exercício, ou outro percentual definido em Assembleia Geral. **Capítulo III - Da Administração da Sociedade. Artigo 7º:** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 2 diretores, cabendo a todos, em conjunto ou isoladamente, à administração geral da Companhia e sua representação jurídica, em juízo ou fora dele, ficando assim eleitos Diretores os Srs. **Cristiano Carvalho de Oliveira**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 44.214.264 SSP/SP, inscrito no CPF nº 342.435.678-67, residente e domiciliado em Rua Nelson Brissac, nº 611, Parque Regina, São Paulo/SP, CEP 05773-110, e **Bruno Santana Barros**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 49.062.009-7 SSP/SP, inscrito no CPF nº 400.136.328-33, residente e domiciliado em Rua Pedra Cavalheiro da Silva, nº 76, Jardim das Oliveiras, São Paulo/SP, CEP 06765-41 0, ambos eleitos para um mandato de 2 anos. Os Diretores acima eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem as atividades mercantis, bem como não estão condenados por crime algum cuja pena vede o exercício da administração da empresa, conforme o artigo 147, I, da Lei 6.404/76. **§1º.** Fica facultado aos Diretores, em conjunto ou isoladamente, constituírem procuradores que poderão representar a Companhia, nos limites constantes do mandato. **§2º.** É defeso a qualquer diretor usar a denominação social em negócios estranhos à Companhia, especialmente em atos de mera liberalidade em favor de terceiros. **Capítulo IV - Da Assembleia Geral - Artigo 8º:** A Assembleia Geral será convocada e instalada de conformidade com as normas legais, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a sua realização, com prazo de convocação mínimo de 30 (trinta) dias, através de instrumento escrito ou meio eletrônico. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal. Artigo 9º:** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **§1º.** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§2º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos. **Capítulo VI - Do Exercício Social e das Demonstrações Financeiras. Artigo 10º:** O exercício social coincidirá, sempre, com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro, quando, anualmente, serão levantados o balanço geral e as demais demonstrações financeiras do exercício, observadas as disposições da Lei 6.404/76. §Único: Poderá a Companhia, por deliberação da diretoria, levantar balanços intermediários e, com base nos resultados, convocar a assembleia geral para deliberar sobre a distribuição de dividendos, observadas as disposições legais e estatutárias. **Capítulo VII - Do Resultado, Reservas e Dividendos. Artigo 11º:** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. **Artigo 12º:** Do Lucro Líquido do exercício, 5% serão destinados à constituição da reserva legal; 25% para pagamento de dividendos, e o restante, colocado à disposição da assembleia geral, para deliberação. **Capítulo VIII - Da Liquidação da Companhia - Artigo 13º:** A Companhia dissolver-se-á, liquidar-se-á ou extinguir-se-a nos casos legais, ou por determinação da assembleia geral que, nessa hipótese, estabelecerá a forma de liquidação, nomeando o liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Artigo 14º:** A assembleia geral elegerá o Conselho Fiscal para o período de liquidação, se assim desejarem os acionistas." Em razão disto, o Sr. Presidente proclamou a constituição definitiva da sociedade por ações denominada **"CCBB 50 Participações S.A."**. Nada mais havendo a tratar, e não havendo qualquer outra manifestação dos presentes, o Sr. Presidente declarou encerrada a assembleia da qual se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada foi assinada por todos os subscritores presentes, que representam a totalidade do Capital Social subscrito, ficando um exemplar em poder da Companhia, e destinando-se o outro exemplar às finalidades legais. Confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo/SP. 27 de maio de 2022. Cristiano Carvalho de Oliveira, Presidente e Bruno Santana Barros, Secretário. Diretores Eleitos: Cristiano Carvalho de Oliveira e Bruno Santana Barros. Juliana Costa Magalhães, OAB/SP nº 308.282. JUCESP/NIRE nº 3530062005-4 em 26/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/09/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/09/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

